

	Editorial 6, 2013/01 [3-4] Editorial 6, 2013/01 [5-6]
Entrevista Interview	Entrevista com Fernando Henrique Cardoso [7-21] Interview with Fernando Henrique Cardoso [22-36] Pedro Luiz Lima
Dossiê Cultura e Política, organizado por Bruno Carvalho Culture and Politics dossier, organized by Bruno Carvalho	Introdução [37-40] Introduction [41-43] Bruno Carvalho A interface entre raça e identidade nacional no Brasil e na África do Sul [44-60] The interface of Race and National Identity in Brazil and South Africa [61-76] Graziella Moraes De Gramsci à Teoria das posses essenciais: política, cultura e hegemonia em “os 45 cavaleiros húngaros” [77-101] From Gramsci to the theory of essential possessions: politics, culture and hegemony in the ‘The Hungarian Knights’ [102-125] Raquel Kritsch Limites da Política e esvaziamento dos conflitos: o jornalismo como gestor de consensos [126-143] The limits of politics and the deflation of conflicts: journalism as a manager of consensus [144-161] Flávia Biroli
Artigos Articles	As implicações de ressentimentos acumulados e memórias de violência política para a descentralização administrativa em Moçambique [162-180] The implications of accumulated grievances and memories of political violence to the administrative decentralization in Mozambique [181-199] Victor Igreja O triângulo Irã-Israel-Azerbaijão: implicações para a segurança regional [200-214] The Iran-Israel-Azerbaijan triangle: implications on regional security [215-228] Maya Ehrmann, Josef Kraus e Emil Souleimanov O retorno do conflito: a democracia republicana [229-244] The return of conflict: republican democracy [245-260] Maria Aparecida Abreu

Artigos

Articles

A Economia política da década bolivariana: instituições, sociedade e desempenho dos governos em Bolívia, Equador e Venezuela (1999-2008) [261-277]

The political economy of the bolivarian decade: institutions, society and government performance in Bolivia, Ecuador and Venezuela (1999-2008) [278-293]

Dawisson Belém Lopes

Dois liberalismos na UDN: Afonso Arinos e Lacerda entre o consenso e o conflito [294-311]

Two types of liberalism in the National Democratic Union (UDN): Afonso Arinos and Lacerda between consensus and conflict [312-329]

Jorge Chaloub

Isebianas

Isebianas

Projeto, democracia e nacionalismo em Álvaro Vieira Pinto: Comentários sobre “Ideologia e desenvolvimento nacional” [330-336]

Project, democracy and nationalism in Álvaro Vieira Pinto: Comments on “Ideologia e Desenvolvimento Nacional” [*Ideology and National Development*] [337-344]

João Marcelo Ehlert Maia

Edição facsimilar de Ideologia e Desenvolvimento Nacional [facsimile]

Alvaro Vieira Pinto

Pesquisa e projeto

Research and research project

Breve roteiro para redação de um projeto de pesquisa [345-353]
Brief guidelines for drafting a research project [354-362]

Jairo Nicolau

**Projeto, democracia e nacionalismo em
Álvaro Vieira Pinto: comentários sobre
“Ideologia e Desenvolvimento Nacional”**

João Marcelo Ehlert Maia

João Marcelo Ehlert Maia

é Professor Adjunto do Centro de Pesquisa de Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (FGV – Rio de Janeiro). E-mail: joao.maia@fgv.br

“No silêncio da reflexão aparentemente inútil é que a visão da realidade se aprimora, se desvenda em suas trágicas minúcias, e se prepara para realizar em plena lucidez o contato com os ‘outros’, na plena força de uma eficácia invencível” (Álvaro Vieira Pinto, *A Sociologia dos Países Subdesenvolvidos*)

A frase acima está no sexto capítulo de *A Sociologia dos Países Subdesenvolvidos* (Vieira Pinto, 2008: 31), obra póstuma, finalizada pelo filósofo Álvaro Vieira Pinto em 1975, e editada só no século XXI, graças ao esforço do pesquisador José Ernesto de Fáveri e à gentileza da sobrinha de Vieira Pinto, Mariza Urban. Esta última obra do filósofo foi escrita à mão ao longo de um par de anos (1974-75), preenchendo dois cadernos, que foram guardados pela sua herdeira. De forma sintética, a frase revela ao leitor o estado de espírito de toda uma geração de intelectuais que sonhou com a democracia e a libertação nacional, mas que, em meados da década de 1970, estava destinada ao “silêncio da reflexão”.

A ditadura civil-militar, instaurada em 1964, exerceu seus primeiros efeitos autoritários sobre camponeses, sindicalistas, militares e intelectuais que partilharam o transe nacional-popular. Por conta disso, nomes como Alberto Guerreiro Ramos e Nelson Werneck Sodré também há muito estavam fora da vida pública no ano de 1975. No mesmo período, o processo de institucionalização universitária avançou, em especial a partir da década de 1970, consagrando novos padrões de trabalho científico e relegando ao ostracismo intelectuais que viriam a ser marcados com a rubrica do “ensaísmo” ou da “falta de rigor”. O silêncio de Vieira Pinto, portanto, era também o resultado de uma longa e dolorosa derrota intelectual, como já mostrou toda uma bibliografia dedicada ao tema (Abranches, 1997; Lahuerta, 1999; Motta, 2000; Maia, 2001; Cortes, 2003).

Vinte anos antes de escrever sobre o silêncio a que se via condenado, Vieira Pinto falava para multidões. Afinal, entre 1955 e 1964, fizera parte do Instituto de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão fundado pelo Ministério da Educação em 1955 com o objetivo de incentivar a pesquisa e o ensino na área das ciências sociais, de forma a contribuir para o processo de desenvolvimento então em curso. Vieira Pinto chefiou o Departamento de Filosofia do ISEB e foi o seu último diretor, entre 1962 e 1964, mas este não foi o início de sua carreira. Afinal, já era professor titular da cadeira de História de Filosofia da Faculdade Nacional de Filosofia (FNF) desde 1950, e na década de 1940 já se notabilizara como intelectual católico de forte formação filosófica, fato que o levou a uma temporada de aprimoramento na Sorbonne. De passado integralista (aderiu à Ação Integralista Brasileira em 1934),

Vieira Pinto se convertera, durante sua passagem isebiana, em entusiasmado filósofo das causas nacionalistas e populares. Neste período, nada lhe pareceria mais estranho do que o “silêncio da reflexão”, pois falava regularmente para um público crescente e para uma sociedade civil em ebulição. Uma dessas conferências, realizadas na abertura do ano letivo de 1956, deu origem a este texto que ora apresento aos leitores, intitulado “Ideologia e Desenvolvimento Nacional” (Vieira Pinto, 1960).

Na plateia dessa conferência, realizada no dia 14 de maio do referido ano, encontrava-se o então presidente Juscelino Kubistchek, que iria, em poucos anos, empolgar o país (ao menos boa parte dele) com seu projeto de desenvolvimento e modernização. Nesse contexto, o ISEB surgia como uma agência para pensar as questões político-intelectuais relacionadas a esse projeto, mas, nem de longe, se identificava plenamente nele. Como é sabido, era grande a divergência entre os isebianos, que estavam distantes de constituírem uma escola homogênea de pensamento e ação política.

Sigo, portanto, uma tendência da bibliografia recente, que é a de privilegiar análises específicas para cada intelectual outrora classificado como isebiano. Essa qualificação, como se sabe, serviu muitas vezes para simplesmente encerrar a análise justamente quando as sutilezas e as matizes entravam em cena. No caso de Vieira Pinto, essa tendência foi representada pelo livro de Marcos Cesar de Freitas (1998) e pela bela tese de doutorado de Norma Cortes, já citada aqui, e defendida no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) clássico.

O texto condensa questões que seriam discutidas exaustivamente no livro clássico de Vieira Pinto, *Consciência e Realidade Nacional*, editado em dois volumes no ano de 1962. Em 1956, os principais temas da conferência foram: o papel histórico da filosofia no Brasil, a relação entre pensamento e superação da condição colonial, a ideologia do desenvolvimento e, finalmente, a relação entre democracia, educação e ideologia.

O filósofo inicia seu texto com um diagnóstico sobre o lugar histórico da filosofia no Brasil, ou melhor, sobre o seu “não lugar”, pois o país nunca teria se imaginado como parte da História universal, ocupando quinhão paroquial entre a comunidade dos homens. Faltava-nos, diz o autor, recorrendo a Leibniz, “o ponto de vista do infinito” (Vieira Pinto, 1960: 13), a capacidade de pensar o país como um todo e o seu lugar na História. Além dessa falta, Vieira Pinto aponta outra lacuna na nossa formação intelectual: a incapacidade de interpretar as massas que constituíam o Brasil, esse “corpo em crescimento” (idem: 15). Os dois temas se relacionam porque o país, na década de 1950, estaria vivenciando um incremento quantitativo dessas massas e uma transformação qualitativa na cultura. Isto é, Vieira Pinto argumenta que a democratização implicava uma transformação nas formas de consciência dos brasileiros. Está armada, já na saída, a equação que liga filosofia e democracia na reflexão do autor, e que será uma marca de seu pensamento.

Essa equação associa-se a um próprio caminhar da consciência, de sabor hegeliano, mas dotado de torção periférica. Na linguagem de Vieira Pinto, o alargamento da vida social tem como efeito jogar as massas na vida econômica do país, sacudindo-as e guiando-as, de suas existências vegetativas a uma percepção mais completa e elaborada de seus lugares na sociedade e no destino brasileiro. O autor afirma: “Quando o processo de desenvolvimento nacional, em todos os setores, dá a indivíduos existentes no seio da massa a oportunidade de superação, ocorre a súbita tomada de consciência de sua situação, e através dela, da realidade brasileira em geral” (idem: 17).

As páginas seguintes apresentam uma espécie de fenomenologia do surgimento da “ideia”, que na interpretação do autor, é processo que se dá, tanto individualmente, como no corpo da comunidade nacional, pois a ideia é, não apenas algo que o indivíduo “tem”, mas algo que “possui” esse indivíduo, fornecendo-lhe modos de interpretar seu mundo e sua circunstância. A consciência, segundo Vieira Pinto, conhece um caminho, que vai do meramente “sensitivo” para o “representativo” (idem: 18), e que é marcado pela formação de ideias objetivas e autênticas sobre a vida nacional. Ou seja, o processo de formação de uma verdadeira comunidade nacional é associado à consolidação de uma consciência deste processo, consciência esta que é social e histórica.¹

333

Tal perspectiva baseia-se numa visão forte sobre o papel das ideias na condução da vida social. Formular a ideologia do desenvolvimento equivale a ser capaz de conectar compreensão adequada do passado, representação objetiva do presente e projeto factível de futuro. Longe de operar como “falsificação” ou “mistificação”, o conceito de ideologia, em Vieira Pinto, ganha estatuto de ferramenta de condução do processo histórico no Brasil, processo este que é guiado pelo desenvolvimento.

Ora, mas o que é o “desenvolvimento” nesses termos? Em primeiro lugar, ele é um “processo” (idem: 21), isto é, ele tem organicidade e relaciona-se com a conexão entre passado, presente e futuro. Não estamos, portanto, no terreno conhecido da sociologia da modernização de extração norte-americana. Afinal, se é um “processo”, o desenvolvimento só pode ser definido a partir da própria consciência histórica de cada sociedade. O fundamental, portanto, não é produzir uma definição abstrata e formal, mas ser capaz de elaborar uma consciência nacional sobre o passado, o presente e o futuro do país. Como todo fenômeno compreendido enquanto um “processo”, diz o autor, o desenvolvimento deve ter uma “finalidade” (idem: 22). Há, portanto, um sentido no processo de desenvolvimento, embora esse não seja situado de forma metafísica. Além disso, o desenvolvimento deve ser pensado como uma “unidade” (idem: 23), isto é, ele não se define como um conjunto de atos isolados, mas como uma forma comum de localizar esses atos num trajeto coletivo vivido pelos brasileiros.

“Processo”, “finalidade” e “unidade”. Ao leitor contemporâneo, é difícil não associar a essas definições certo sabor autoritário, pois como imaginar que homens plurais sejam capazes de se engajarem numa mesma “consciência nacional”? Não estaria aí, portanto, a repetição do erro crasso de todo intelectual nacionalista, o de se intitular representante ilustrado da Nação e de seu corpo social? Como um projeto encarnado na realização estatal pode contar com a colaboração espontânea da sociedade? Vieira Pinto não ignora tais perigos, e o texto da conferência passa a debater as antinomias de tal formulação. Entretanto, sua solução está longe de ser esvaída de conteúdo polêmico.

Em primeiro lugar, o filósofo recorre à “clareza das ideias” e ao “grau de clareza das consciências” (idem: 24). O convencimento, para não ser autoritário, só transformará resistência em adesão caso as ideias se mostrem claras, objetivas e convincentes aos olhos dos homens, ou seja, caso se transformem em “ideologia”, ganhando sustentação coletiva (idem: 25). Como se vê, estamos em terreno perigoso, no qual a adesão coletiva parece ser variante derivada do esforço de clareza do que é “óbvio”. E o que explica então a adesão a ideias equivocadas? A resolução de Vieira Pinto implica situar a questão historicamente.

Na condição colonial (idem: 26-27), os brasileiros pensavam a partir de esquemas que não correspondiam à nossa realidade, por serem meramente imitativos e derivados. Ou

seja, a situação colonial correspondia a um pensar colonial, logo, inautêntico, e, portanto, destituído das dimensões de processo, finalidade e unidade. Dito de outra maneira: não havia “projeto”. Nas condições de 1956, os sinais econômicos e políticos indicavam ao filósofo que se abria um tempo propício para que ideias mais objetivas sobre a realidade nacional e o destino do país circulassem na coletividade brasileira, ganhando cada vez mais e mais consistência. Ou seja, o problema filosófico — a passagem da multiplicidade das consciências privadas para a coesão da consciência nacional — se resolveria pela dinâmica histórica concreta do presente da Nação. Nas palavras do autor, “A consciência brasileira, em virtude do ponto a que chegou o processo de desenvolvimento material da Nação, alcançou aquele grau de clareza que começa a permitir-nos a percepção exata do nosso ser” (idem: 28). Ora, como a ideologia tem função não apenas interpretativa, mas também normativa, ela funciona, portanto, como ideia capaz de regular a execução do desenvolvimento. Num rasgo de leninismo tropical, Vieira Pinto fecha seu argumento: “sem ideologia de desenvolvimento não há desenvolvimento nacional” (idem: 29)

334

Finalmente, o último movimento para a elucidação da questão implica assumir a questão democrática. Não há de ser obra dos intelectuais a formulação do projeto que seria a representação de futuro da consciência em formação da nacionalidade. Vieira Pinto é claro sobre isso, numa frase simples: “a ideologia do desenvolvimento tem necessariamente de ser fenômeno de massa” (idem: 30). Isso porque a condição para essa ideologia ser efetiva, e não apenas utopia particular de grupos dirigentes, é sua capacidade de ganhar dimensão social, encontrando sustentação privilegiada nas camadas populares. Nessa transmutação está o segredo da passagem da consciência privada para a consciência pública, forma encontrada pelo filósofo para resolver a tensão entre ideologia e vida democrática. Note-se que Vieira Pinto não está falando em propaganda, mas sim de plena identificação entre massas e projeto de desenvolvimento, pois este passa a ser sentido pelos homens como a verdadeira forma de suas consciências particulares.

Nesse momento do argumento, Vieira Pinto relaciona a transmutação do privado em público ao próprio processo de democratização social e econômica que estaria sendo vivenciado pelo Brasil (idem: 33). Assim, as manifestações, as greves, os protestos e as reivindicações seriam indicadores de uma mudança quantitativa (o crescimento do povo e da economia) que ganha dimensão qualitativa (a exigência de desenvolvimento surge no seio desse povo). Dito de outra maneira, a ideologia do desenvolvimento “não é uma verdade enunciada sobre o povo, mas pelo povo” (idem: 34).

Mas qual é o conteúdo material dessa ideologia? Vieira Pinto argumenta que a generalidade é a grande força do projeto, pois ela permite situar dados concretos numa visão de processo histórico que permita conferir sentido a eventos e questões isoladas (idem: 37-38). Por isso, a filosofia cumpre papel tão central na economia do argumento do autor, pois sua dimensão interpretativa geral, que é própria da disciplina, identifica-se com o próprio movimento histórico que dá origem ao desenvolvimento nacional. Tal equação, de nítida ressonância hegeliana, resume-se na seguinte frase do autor: “o processo nacional é um todo orgânico, o seu movimento é um só” (idem: 38).

Ora, tal passagem acima parece deslocar o argumento para longe da questão democrática. Novamente, estamos diante do “processo”, do “todo orgânico” e de outros conceitos que apontam para a totalidade, e não para o pluralismo. Entretanto, logo a seguir o filósofo retoma a conexão entre ideologia do desenvolvimento nacional e democracia, ao argumentar que a tradução da consciência nacional não deve ser obra clarividente de

elites, mas sim um resultado do próprio processo político democrático. Vale a transcrição: 335
“só estão credenciados para promover o desenvolvimento nacional aqueles que forem escolhidos pelas massas, ou, noutras palavras, não pode haver solução política para os problemas brasileiros fora do voto popular” (idem: 40, grifo nosso). Em notável esforço de teorização democrática, Vieira Pinto rejeita todas as visões elitistas sobre o fenômeno democrático. Mas, e se as “massas” optarem por lideranças carismáticas ou intérpretes não “adequados” da consciência nacional? Não importa, responde o filósofo, pois o fundamental é o aprendizado produzido pelo voto e a própria possibilidade de autocorreção (idem: 42).

O problema da conciliação entre ideologia e democracia só se completa com a introdução de outro tema: educação. Afinal, se a ideologia não é propaganda política das elites, mas sim um processo imanente de transmutação de consciências, há que se operar alguma influência externa que acelere o processo sem que se perca a dimensão democrática do mesmo. Definida como “humanismo de nosso tempo, que prezarão fundamentalmente o conhecimento das ciências da cultura e da natureza, a posse das técnicas de exploração fecunda da realidade material e as artes que exprimam o sentido original do homem brasileiro” (idem: 44), a educação é vista pelo autor como fenômeno capital para a nova fase vivida pelos brasileiros. Isto é, não serão os intelectuais que trarão esclarecimento às massas, mas estas que aprenderão progressivamente à luz de sua progressiva incorporação à vida econômica e política da Nação.

As teses de Vieira Pinto sintetizam de forma admirável as tensões e as potencialidades contidas na moderna experiência brasileira. A questão nacional, uma obsessão clássica dos intelectuais que pensaram o país, nem sempre foi analisada de forma articulada ao fenômeno democrático. Do Visconde do Uruguai a Oliveira Vianna, são muitos os exemplos de pensadores que nutriam severa desconfiança da capacidade de auto- aprendizado das massas. Não à toa, depois de diversos ciclos autoritários terem marcado a História nacional, muitos se perguntam como é possível haver projeto nacional numa sociedade plural em que a democracia rege, e na qual extrair adesão coletiva sem coerção é tarefa fadada ao fracasso. Depois do golpe de 1964, por exemplo, o nacionalismo foi justamente criticado por sua dimensão ideológica, e os seus intelectuais (à direita e à esquerda) questionados por supostamente descuidarem da luta de classes e resvalarem para formulações antidemocráticas e/ou autoritárias. Segundo essas críticas, não seria possível falar “em nome da Nação” sem incorrer no pecado do autoritarismo. Ora, é fato que essa conferência de Vieira Pinto não responde totalmente a esses questionamentos. Entretanto, é notável o esforço do autor em produzir uma fabulação filosófica que articule um projeto de desenvolvimento nacional à democratização da sociedade brasileira, fenômeno que não era descrito como uma utopia, mas sim como um movimento já em curso.

Ao escrever as amargas palavras que servem de epígrafe a este breve comentário, Vieira Pinto traduzia a solidão de uma geração que sonhou exatamente com desenvolvimento e democracia, mesmo que este segundo termo da equação fosse concebido de formas não ortodoxas. Em meados da década de 1970, o primeiro termo, por sua vez, não desaparecera, mas ganhara um rumo perverso diante do acirramento do autoritarismo. Os grandes projetos de desenvolvimento empreendidos pelo regime de 1964, como Grande Carajás e Transamazônica, foram erguidos num contexto de desrespeito aos direitos das populações locais e severos impactos ambientais, configurando um padrão de capitalismo autoritário que parecia ter sucumbido na primeira década de 1980, com o fim do Estado desenvolvimentista. Entretanto, ao leitor de 2013, exposto ao mais novo retorno do

desenvolvimentismo, a paixão democrática de Vieira Pinto soa mais relevante do que em 1956. Afinal, é essa paixão a única possibilidade de dar sentido às lutas de diversos brasileiros que hoje enfrentam as contradições do que Werneck Vianna (2012) chamou de “projeto grão-burguês” de capitalismo.

336

Cite este ensaio

MAIA, João Marcelo E. Projeto, democracia e nacionalismo em Álvaro Vieira Pinto: comentários sobre “Ideologia e Desenvolvimento Nacional”. *Revista Estudos Políticos*: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, nº 6, pp. 330-336, Julho 2013. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>.

Notas

1. Note-se que no seu livro clássico de 1962, Vieira Pinto iria explorar a passagem da consciência “ingênua” para a consciência “crítica”, conceitos que não aparecem de tal forma na conferência de 1956 que é objeto dos comentários deste artigo.

Bibliografia

ABRANCHES, Aparecida M. *Os percalços da crítica: o ISEB e a conjuntura pré-64*. Dissertação de mestrado em Sociologia. IUPERJ, 1997.

CORTES, Norma. *Esperança e democracia: as idéias de Álvaro Vieira Pinto*. Belo Horizonte: Ed UFMG. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

FREITAS, Marco Cezar. *Álvaro Vieira Pinto: a personagem histórica em sua trama*. Bragança Paulista: Cortez Editores, 1998.

LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. Tese de Doutorado em Ciência Política. USP, 1999.

MAIA, João Marcelo E. *Reputações à brasileira: o caso de Guerreiro Ramos*. *Sociologia & Antropologia*, 2012, vol.2, p. 265-291.

_____. *A História de um conceito: o populismo no Brasil*. Dissertação de mestrado em Sociologia. IUPERJ, 2001.

MOTTA, Luiz Eduardo. *O ISEB no banco dos réus*. *Comum*, 2000, vol.5, p.119-145.

VIEIRA PINTO, Álvaro. *A Sociologia dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

_____. *Ideologia e Desenvolvimento Nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

WERNECK VIANNA, Luiz Jorge. *Modernização, questão agrária e República*. Disponível em <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1436>. Acesso em 10/04/2013.